



# Anais da Assembléia

Nº 74

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 59.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1.989  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Lindolfo Júnior e Paulo Furiatti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 200/89, que

atribui a Gratificação de Representação aos funcionários ocupantes de cargos de nível superior do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 22.08.1989.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO Nº 1651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja suspenso o Regime de Urgência, e retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei nº 256/87.

Sala das Sessões em, 22.08.1989.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e com fundamento no disposto pelo Art. 105, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência, para o projeto de lei de sua autoria, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22.08.1989.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 201/89, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ivai Estado do Paraná, área de terra constituída pelos imóveis que especifica.

Sala das Sessões, em 22.08.1989.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO Nº 1671

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 195/89, de autoria deste Parlamentar, protocolado sob nº 7412/89 e em trâmite nesta douta Casa.

O referido projeto dispõe sobre a adoção de critérios para a política de pessoal dos portuários do Paraná e dá outras providências.

A razão da nossa propositura é encontrar meio para dar fim à situação híbrida a que estão submetidos os portuários para-

naenses, em razão da política de pessoal da Secretaria de Administração e o contrato de concessão firmado entre o Governo do Estado e o Governo Federal. Essa situação é de tal falta de comodidade que se faz imprescindível a aceleração do andamento de tal projeto, razão pela qual, requeremos a este Regime de Urgência.

Sala das Sessões em, 22.08.1989.

(a) ALGACI TOLIO

#### REQUERIMENTO N° 1672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Planário, REQUER, Regime de Urgência, ao Ofício n° 609/89, do Excelentíssimo Senhor Antônio Ruppel, Digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, cujo Projeto de Lei tomou o n° 189/89.

Sala das Sessões, em 22.08.1989.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO N° 1666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução N° 44/89.

Sala das Sessões em, 22.08.1989.

(a) PAULO FURIATTI

Apoiamto:

Gernote Kirinus.

#### REQUERIMENTO N° 1653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.08.1989.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

#### REQUERIMENTO N° 1660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Planário, seja inserido em ata da presente sessão, voto de profundo pesar, pelo passamento do Senhor ADIB MITRI NASTAS, aos 75 anos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, em data de 22 de agosto do ano em curso.

Pertencente ao tronco de tradicional família princesina, o extinto era casado com Dona Labibe Bacila Nastas, e deixa os seguintes filhos: Jeanete; Neli, casada com José Elias Assad; Lizete, casada com José Rubens Carvalho e Arlete, casada com

Ronaldo Haddad, bem como 11 netos.

Integrado ao ramo empresarial, configurava como pessoa de grande renome, à quem Ponta Grossa deve hoje o seu reconhecimento, pela inestimável contribuição em prestada.

O infausto acontecimento abalou de forma profunda a sociedade pontagrossense, onde gozava do maior conceito e admiração de parte dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão REQUER, ainda, seja dada ciência aos seus familiares, pelo seguinte endereço: Rua Paula Xavier, 580 - Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 22.08.1989.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 1663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à empresa Sulamericana pela passagem do seu 40° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Diretores da empresa Sulamericana.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Sulamericana, respaldada por uma extraordinária credibilidade junto à opinião pública de todo o oeste paranaense, merece e deve receber este registro da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pela passagem do seu 40° aniversário de fundação, trabalhando sempre para a grande penetração conquistada ao longo dos anos junto a população, e prestando relevantes serviços para a comunidade de um modo geral.

A Sulamericana, representa o verdadeiro espírito paranaense de pioneirismo, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento da região oeste.

A Sulamericana conseguiu ao longo desses 40 anos com a liderança de seus Diretores, com seu dinamismo e admirável coragem, enfrentar todos os obstáculos surgidos e fazer com que a Empresa Sulamericana se transformasse no que é hoje, uma das maiores empresas de transporte do sul do país, plantando em todos os cantos do oeste paranaense uma semente a germinar confiança no amanhã, embora tenha enfrentado crises e desafios em face das próprias condições brasileiras. No Paraná muitas não resistiram, ficaram estagnadas ao longo do caminho do tempo, esmagadas pelos problemas conjunturais agravados pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa. Outras triunfaram, é o caso da Sulamericana que ultrapassou todas as bar-

reiras encontradas.

É salutar ver a disposição e a alegria dos Diretores e colaboradores da Sulamericana diversificando sua atuação.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses a comemoração do 40º aniversário da Empresa Sulamericana.

A este contentamento o Poder Legislativo, através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com a direção da empresa e todo o seu corpo de colaboradores, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

#### REQUERIMENTO N° 1667

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos desta data do Poder Legislativo, de votos de congratulações pela eleição da nova Diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas.

A nova diretoria eleita e empossada no último dia 17 de agosto, pelos votos de todos os jornalistas brasileiros, e encabeçada pelo Jornalista Armando Sobrall Rollemberg, e deve direcionar sua ação sobre o resgate da dignidade do trabalho profissional do jornalista, arrebatada, nos últimos anos, pelas inúmeras crises que atingiram essa que é uma das mais nobres e importantes funções profissionais do país.

Vale destacar o trabalho sério dos jornalistas nos momentos mais graves da história do País, consagrando o sacrossanto papel da imprensa, como corolário forçado na luta pela garantia das liberdades individuais e coletivas da sociedade.

Que esta proposição represente os votos de confiança do Poder Legislativo do Estado do Paraná, no trabalho sério, dedicado, profícuo e empreendedor que deverá desenvolver nos próximos meses em que estará comandando a respeitada Federação Nacional dos Jornalistas.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1668

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, no uso das suas prerrogativas parlamentares, após ouvido o colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos desta data, do Poder Legislativo do Estado, de votos de congratulações à nova Diretoria eleita do Grêmio Estudantil Prof.<sup>a</sup> Eva da Silva, do Colégio Estadual Prof.<sup>o</sup> João Loyola, desta Capital.

Recentemente, foram realizadas as

eleições para a escolha do novo Grêmio Estudantil daquele tradicional estabelecimento de ensino, num processo democrático do qual participaram, ativamente, todos os alunos do colégio.

A chapa que se sagrou vencedora, com larga margem de votos, baseou sua plataforma sobre os compromissos pelo resgate da qualidade da educação na escola pública e pela gestão de tais estabelecimentos numa relação harmoniosa entre diretoria, funcionários, comunidade e estudantes, que, certamente, grandes conquistas ensinará a todos os envolvidos com o funcionamento da escola.

Pela clara demonstração de espírito democrático e nítida preocupação com a situação política do país que requer, de todos nós, uma contribuição especial e indispensável para o alcance de melhores dias, constituem-se em exemplo, dentre a nossa juventude.

É a seguinte a diretoria eleita para o Grêmio Estudantil Prof.<sup>a</sup> Eva da Silva: Pres. Mário J. Leite; Vice, Gilson de Souza; Secretária, Andréa Meira; 1º Sec., Márcio J. Kostas; Tesoureiro Geral, Alan Ribeiro; 1º Tesoureiro, Paulo César da Silva e, Deptº de Imprensa, Edemilson Lima.

Recebam todos os eleitos pelo voto da maioria, os sinceros cumprimentos deste Poder e os mais caros protestos de apreço e admiração.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1669

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, Votos de Congratulações à Diretoria do Banco do Estado do Paraná, BANESTADO, por ocasião da inauguração, no dia 18 de agosto próximo passado, da agência daquela conceituada instituição bancária, no Município de Cascavel.

Excepcional o trabalho que vem sendo desenvolvido pela atual diretoria do BANESTADO, na área de expansão de seu atendimento, sempre visando a comodidade e conforto da população do Estado. Essa inauguração, marca mais um importante passo do BANESTADO em direção à conquista da confiança da população paranaense neste banco que já é parte muito importante da própria história do Estado.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1682

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de congratulações para com o Diretor DELSO JOSÉ TRENTIN, pelo significativo trabalho que vem realizando à frente daquela entidade, assinalado pelos significativos resultados apresentados pela FUNDEPAR, junto aos municípios paranaenses.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 1657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de saudades ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem do 13° aniversário de sua morte.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Sra. Sarah Kubitschek.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 12 de setembro de 1902, nascia em Diamantina, Minas Gerais, JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, filho de João César de Oliveira e de Dona Júlia Kubitschek de Oliveira.

Em dezembro de 1927, recebeu o diploma de médico, pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte.

Em Paris, especializou-se em cirurgia. Estagiou no Hospital "Charité de Berlin" na Alemanha. Voltando a Belo Horizonte, entrou na Polícia Militar, onde chegou ao Posto de Coronel.

Chefe de Gabinete do Interventor Benedito Valadares, mais tarde chefe da Casa Civil da Interventoria.

Em abril de 1934, o Interventor comunicou-lhe a inclusão de seu nome na chapa de candidato a Deputado Federal. Aquela inclusão representaria eleição certa. De fato estava aquele jovem médico, em fase de uma imposição do destino. Durante muito tempo, havia hesitado. Rejeitara, tergiversara: avançava e recuava; mas o caminho permaneceu sempre aberto à espera dos seus passos.

Ouvindo uma palavra peremptória, definitiva, e, justamente da parte de que poderia proferi-la "o Interventor do Estado". Realizadas as eleições de 04 de outubro de 1934, verificou-se ter o jovem Juscelino, sido eleito Deputado Federal com a maior votação, ultrapassando em número de votos todos os principais líderes políticos do Estado. Na mesma eleição elegeram-se também para a Câmara dos Deputados, diversos amigos seus como: José Maria Alkmin, Pedro Aleixo, Gabriel Passos,

Luiz Martins Soares, Celso Machado, Negrão de Lima, Artur Bernardes, Vergílio de Melo Franco, Antônio Carlos e Bias Fortes; exercendo o mandato até 10 de novembro de 1937, quando da decretação do Estado Novo.

A 15 de abril de 1940 assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte, onde destacou-se pelas grandes obras realizadas durante aquela gestão, entre as quais poderemos citar algumas prioritariamente: abriu dois terços das atuais Avenidas e vias públicas; renovou e triplicou a rede de esgotos; duplicou o abastecimento de água; aperfeiçoou o cadastro Municipal e racionalizou o seu funcionamento; ampliou todos os Bairros e criou o Bairro da Cidade Jardim; urbanizou a Pampulha incorporando-a ao complexo urbano; abriu as formosas radiais, ou bocas, ligando a cidade ao sistema rodoviário do Estado; transformando a Capital Mineira numa grande metrópole, onde foi seu Prefeito até 1945.

A 02 de dezembro de 1945, foi eleito Deputado Federal, sendo o 2° candidato mais votado em Belo Horizonte e o mais votado em todo o Estado, sendo naquela ocasião o mais votado da Capital Mineira, GETÚLIO VARGAS, que quase ninguém sabia que fora candidato.

Em 03 de outubro de 1950 foi eleito Governador de Minas Gerais, sendo sua posse a 31 de janeiro de 1951.

Logo no início de seu Governo, teria de resolver, com urgência, a normalização do pagamento do funcionalismo, atrasado de muitos meses, e dos vencimentos da Polícia Militar, não pagos nos últimos 90 dias. Para poder realizar com êxito seu programa administrativo, foi condensado em alguns itens: asfaltamento da Rodovia Juiz de Fora-Belo Horizonte; encaminhamento de corrente de imigrante, de forma a estimular a agricultura; dotar Minas de uma grande siderúrgica, construir usinas, estradas, fundar indústrias, incentivar e modernizar a agricultura, fornecendo adubos e implementos agrícolas aos fazendeiros; elevar a taxa de escolaridade do ridículo nível de 200 mil alunos para um milhão, o que certamente exigiu mais escolas, mais grupos escolares e mais professores. Sendo a base de sua grande administração o binômio: energia e transporte. Mesmo antes de tomar posse, Juscelino já estava governando Minas, pois sabia tudo sobre o verdadeiro estado das coisas na administração que se findava e, nestas condições, 24 horas depois de sua posse, deu início ao quinquênio de intensa e fecundas atividades, o que lhe valeu o apelido de "Governador a jato". Depois daquela brilhante realização à frente do Governo de Minas, renunciou a 31 de março de 1955, prazo limite para desincompatibilização para candidatar-se à Presidência da República, que teve como

seu companheiro de chapa na Vice-Presidência do Doutor João Goulart. Eleito Presidente da República no pleito de 03 de outubro de 1955. Entretanto, inúmeras barreiras tiveram que ser transpostas para que chegasse são e salvo à 31 de janeiro de 1956 dia da posse na Presidência da República; barreiras estas, desencadeadas pela conspiração golpista dos inconformados pela derrota nas urnas.

No primeiro dia de governo, reuniu o Ministério às 7 horas da manhã; era a primeira vez que um Presidente da República convocava seus auxiliares para esta hora, e, assim foi durante todo o seu governo. O que lhe preocupava era o compromisso que havia assumido com os que lhe tinham dado o seu voto: "Fazer o Brasil progredir 50 anos em 5".

Já no início de seu governo, à 11 de fevereiro de 1956, enfrentou o episódio Jacareacanga-Cachimbo, com a insurreição de alguns oficiais da Aeronáutica, tendo à frente o Major Aviador Haroldo Veloso, Capitão Lameirão, major Paulo Victor e Tenente Petit. A inquietação tomou conta da Aeronáutica alastrando-se nas diferentes bases aéreas, agravando-se a situação de momento a momento. Com a quase totalidade dos oficiais da F.A.B. solidária com o major Veloso e seus companheiros, a conspiração golpista fracassou quando providências compatíveis com a emergência foram acionadas pelo Governo sob o comando do Brigadeiro Corrêa de Melo, cujo oficial ao receber a ordem direta do Presidente da República, respondeu-lhe sem hesitação: "seguirei imediatamente" e acrescentou: "Suas ordens serão cumpridas". A inquietação passara. A ordem fora restabelecida.

Quando todos esperavam punição severa aos golpistas, o Presidente Juscelino, com seu gesto humano, enviava ao Congresso Nacional, projeto de lei concedendo ampla e irrestrita anistia a todos os envolvidos, respondendo com clemência aos que conspiraram contra sua posse, concedendo irrestrito perdão, anistiando indistintamente a todos os inimigos, apagando esses ressentimentos e amarguras com os seus triunfos. Só assim o exercício da vida lhe engrandecia.

Não fácil, após tantos embaraços políticos, dar a arrancada que havia planejado no rumo do desenvolvimento. Naquele tempo a palavra "desenvolvimento" não era de uso corrente.

A meta da energia elétrica teve na construção de Três Marias o seu início, cuja construção era antiga reivindicação das populações de várias cidades do Vale do São Francisco, que tiveram início no dia 25 de julho de 1956. Esta foi de fato obra inicial, sua intenção era a de elevar a potência instalada no País de cerca de 3

milhões de Kw em 1955 para 5,4 milhões de Kw em 1961 e assentar as bases para nova expansão até 8,7 milhões de Kw a ser atingido em 1966. Quando Juscelino assumiu o governo encontrou 7 bilhões de água armazenada e deixou ao passar a Presidência, 82 bilhões de metros cúbicos.

**PETRÓLEO:** A produção de petróleo em 1956 era de 6 mil barris passando em 1960 a marca de 200 mil barris diários.

**RODOVIAS:** Em 1955, só existiam 23 mil quilômetros de estradas construídas pelo Governo Federal, e nem todas em boas condições. Durante o seu governo, foram construídos 25 mil quilômetros e entre as novas rodovias, como a Belém-Brasília, poderiam ser consideradas uma autêntica epopeia do Século XX.

Esta rodovia com 2.240 quilômetros, cujo objetivo fundamental seria introduzir o progresso em regiões nunca exploradas pelo homem civilizado. Seria uma linha rasgada na floresta e estendida sobre rios caudalosos que levaria a civilização a regiões só palmilhadas por índios, sendo iniciada em 1958 e inaugurada dia 03 de abril de 1960. Outras grandes rodovias foram abertas ao longo de todo o território nacional que deixo de inumerá-las por absoluta falta de espaço...

**FERROVIAS:** Durante seu governo, Juscelino dera maior prioridade ao problema de reequipamento do material rodante, mesmo assim, a meta foi ultrapassada de 1.800 quilômetros de novas ferrovias.

**AGRICULTURA:** Dando ao país melhores estradas, aumentando-lhe a capacidade armazenadora, estava favorecendo, de fato, nossa produção básica, já que sem escoamento fácil, a lavoura e a pecuária não teriam condições de prosperar. Seu plano de metas previa dotar o Brasil de Armazéns, Silos, com capacidade para 400 mil toneladas. Essa meta foi ultrapassada em 600 mil toneladas. Incentivou a indústria, facilitando a expansão das fábricas de autopeças para a fabricação de tratores, atingindo a marca de produção de 7 mil tratores.

**SIDERURGIA - MINÉRIOS - INDÚSTRIAS BÁSICAS - MARINHA MERCANTE** - em seu Governo o Brasil, tivera a honra de bater records mundiais em matéria de projetos de obras públicas.

**CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL:** Pela Lei nº 3.273/57 de 1º de outubro de 1957, foi prevista a inauguração de Brasília para o dia 21 de abril de 1960 em homenagem ao martirio de Tiradentes. Aqueles que estiveram em Brasília naquele dia, não poderão esquecer o grande espetáculo que marcou um verdadeiro encontro e se constituiu numa autêntica apoteose. Foi realmente uma festa de caráter nacional e patriótico.

Finalmente, existiam outras realizações grandiosas: A ponte Brasil-Paraguai; a indústria automobilística, montada em apenas dois anos; para o orgulho de todos os brasileiros, o próprio Presidente Juscelino, no dia 31 de dezembro de 1957, atravessou a principal Avenida do Rio de Janeiro, dirigindo um automóvel inteiramente fabricado no Brasil.

Com o incremento de nossas exportações, sobretudo as de café, cujos resultados, naquele ano, haviam permitido que o Brasil desse a devida resposta ao Fundo Monetário Internacional que na ocasião pretendia condicionar sua ajuda financeira à paralisação do processo de desenvolvimento nacional. O Presidente Juscelino, rompera com o F.M.I., e todas as agências Internacionais de financiamento haviam se fechado para o Brasil. No entanto, graças à política financeira executada pelo governo, conseguiu Juscelino saldar todos os seus compromissos, e era com satisfação que declarava aos brasileiros, naquele momento, que O BRASIL NÃO DEVIA UM DÓLAR A NENHUM CREDOR EM LUGAR ALGUM DO MUNDO.

Juscelino, o mais democrata governante, dirigiu a Nação sem ódio, sem perseguições ou vinganças, mas com perdão, otimismo, e, sobretudo, com bondade, pois sabemos que Deus dá ao humilde a honra de vitória e como paga de tanto trabalho, o povo goiano, elegeram-no Senador por Goiás. Mas para cúmulo da injustiça fora cassado seu mandato de senador. Fora castigado e igualado aos elementos subversivos. Ele, o maior brasileiro do seu tempo.

Mas, no fatídico dia 22 de agosto de 1976, perdeu sua preciosa vida em desastre automobilístico.

Jamais devemos nos esquecer do grande brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, inconfundível pelo seu otimismo à causa brasileira e as mais nobres ações pela sua bondade.

"A esperança é o único patrimônio dos deserdados, e é a ela que recorrem as nações ao ressurgirem os desastres históricos.

Se a esperança se converte em ação, e os homens podem juntar seus sonhos, para fazer da vida, dádiva de Deus, a oração comum da alegria.

Soubemos, nestes tempos pesados, guardar a paciência e conservar a frente alta.

A causa do povo, se dispensa radicalismos, exige coragem. Foi essa coragem assumida por todos nós, e sobretudo pela gente mais simples do povo, que nos deu ânimo na penosa travessia.

O Brasil que amamos não é entidade abstrata, feita apenas de símbolos, por mais que os veneremos. O Brasil que amamos está em cada coração e em cada alma de seus filhos. Restaurar em seus olhos, o

orgulho da Pátria, é a missão que nos cabe. A soberania de seu povo; a dignidade do país é a dignidade de sua gente.

As negociações da dívida externa serão realizadas na plena afirmação de nossa soberania.

A execução de nosso programa de governo não pode dispensar o respaldo de uma política voltada para os interesses nacionais refletindo os anseios de uma sociedade democrática.

Em consequência, só assumiremos os compromissos internacionais que possamos cumprir. Não aceitaremos imposições que se valham de nossa situação de vulnerabilidade momentânea. Em suma, não negociaremos o inegociável, nem dialogaremos sobre pressão. Não podemos sentir orgulho de cidadãos enquanto houver neste País, tanto sofrimento e tanto ultraje, palavras do saudoso Doutor TANCREDO NEVES.

#### REQUERIMENTO N° 1649

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado ofício ao Presidente da TELEPAR na pessoa do Doutor FERNANDO XAVIER FERREIRA, solicitando a ampliação da Central Telefônica do Município de Ouro Verde do Oeste.

Sala das Sessões, em 22.08.89

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Ouro Verde do Oeste, desmembrado do Município de Toledo, enfrenta sérios problemas decorrentes da grande deficiência do sistema telefônico. Além disso, a situação apresenta tendência de agravamento, decorrência lógica da emancipação da localidade.

Visando uma solução aos problemas ora enfrentados pelos usuários do sistema telefônico, a comunidade de Ouro Verde do Oeste reivindica da Telepar o início de uma etapa de estudos que viabilizem a implantação de uma nova central telefônica, em virtude da estrutura atual não atender mais a demanda, segundo manifestação do Vereador Leandro Donizetti Alves, através de requerimento apresentado no Legislativo de Toledo e aprovado por unanimidade pelos demais Pares.

Tudo isso evidencia, sem a menor dúvida, a importância de que o reivindicado seja brevemente atendido.

#### REQUERIMENTO N° 1661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Deputado RUBENS BUENO, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação



Social, solicitando a competente autorização, a fim de que sejam estendidos os trabalhos desenvolvidos pelo PROJETO GRALHA AZUL nos Municípios de IVAÍ e IPIRANGA, através da implantação de mais um projeto em cada um deles, a fim de ensejar uma cobertura maior àquela região, dos benefícios até então concedidos.

Sala das Sessões, em 22.08.89

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### JUSTIFICATIVA:

A exemplo do requisitado por outros Municípios do Paraná, tem a medida ora enfocada, o propósito de garantir, através da expansão dos trabalhos que até então vêm sendo desenvolvidos pelo Projeto Gralha Azul, uma abrangência maior da população que compõe IVAÍ e IPIRANGA, Municípios esses que, consideradas a sua extensão territorial e a carência de serviços das mais diversas naturezas, requerem estudos, visando atender suas prioridades no todo.

Somando esforços à pretensão daqueles Municípios em favor dos interesses maiores da coletividade, houvermos por fazer a presente sugestão, para a qual contamos com o valioso apoio de Sua Excelência, o Senhor Secretário Rubens Bueno.

#### REQUERIMENTO N° 1676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, sejam enviados ofícios aos Excelentíssimos Senhores, OCTÁVIO JÚLIO MOREIRA LIMA, DD. Ministro da Aeronáutica, JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, DD. Ministro dos Transportes e HEINZ GEORG HERWIG, DD. Secretário de Estado dos Transportes, apoiando a proposição encaminhada pelo Vereador Mourãoense, CELSO ROMUALDO FERRARI, cujo inteiro teor segue-se em anexo.

Solicita, também, que seja dada ciência ao Legislativo do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.08.89

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 1677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, DD. Senhor DELSO JOSÉ TRENTIN, solicitando a liberação de um aparelho de vídeo-cassete e de um aparelho televisor, para o COLÉGIO ESTADUAL PRINCESSA ISABEL - ENSINO PRÉ-ESCOLAR E DE 1° E 2° GRAUS do Município de ARARUNA, conforme solicitação feita pela direção do referido colégio, cujo inteiro teor segue em anexo.

Sala das Sessões, em 22.08.89

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 1678

Senhor Presidente.

Regimentalmente, o Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do Douto Plenário, o envio de ofício ao Senhor Secretário da Saúde de Estado do Paraná, reivindicando a destinação de um veículo ambulância para o Município de NOVA CANTU.

Sala das Sessões, em 22.08.89

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação nos foi promovida pelo Vereador ODOVALDO JOSÉ DOMINGUES, que justificou a mesma, pelo fato de atualmente, aquele município estar encontrando dificuldades para remoção de pessoas com problemas de saúde para outros centros, o que ocorre com muita frequência.

Pelo exposto, solicito empenho desta Secretaria, para estudo e posterior atendimento do caso.

#### REQUERIMENTO N° 1679

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário deste Poder, seja promovido o envio de ofício ao Senhor Secretário dos Transportes, reivindicando estudos, objetivando o asfaltamento da estrada RONCADOR-PALMITAL.

Sala das Sessões, em 22.08.89

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Ambos os municípios citados são modelos de desenvolvimento em nosso Estado, principalmente na questão agrícola, onde a cada ano maiores áreas são plantadas, o que garante elevadas produções.

Graças a este crescimento agrícola, outros setores também se prosperam, como o comércio, indústria, fazendo com que a população acredite cada vez mais no desenvolvimento das cidades.

Em razão disso, é cada vez mais necessário que aspectos complementares sejam implantados para alicerçarem o desenvolvimento.

A reivindicação da pavimentação asfáltica entre estas duas cidades fará com que seja acelerado o crescimento em todos os setores da vida dos que lá vivem e empreendem seus negócios. Portanto é uma solicitação justa, que tem respaldo de toda a população.

Pelo colocado, peço atenção ao caso, solicitando sejam promovidos estudos para a viabilização do mesmo.

#### REQUERIMENTO N° 1680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de verbas para a construção de uma sede própria para o "Núcleo Regional de Hemoterapia de Campo Mourão".

Sala das Sessões, em 22.08.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Regional de Hemoterapia de Campo Mourão, funciona desde julho de 1988, em uma sede provisória, nas instalações da Santa Casa daquele município e o referido hospital necessita deste espaço físico para as suas atividades, bem como o equipamento do núcleo regional não pode ser completamente instalado em virtude da falta de espaço. Os trabalhos realizados por este órgão é de fundamental importância para a região que ele atende, onde só neste período já realizou cerca de 2.500 transfusões de sangue, salvando a vida de muitos dos nossos concidadãos.

REQUERIMENTO N° 1648

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a Estadualização do ensino de 1° Grau na Escola Padre Arnaldo Jansen, de Ouro Verde do Oeste.

Sala das Sessões, em 22.08.89

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A estadualização do ensino de 1° Grau, na Escola Padre Arnaldo Jansen é hoje prioridade para alunos, professores e pais, pois vem em benefício de uma comunidade integrada por 486 jovens estudantes.

Partindo do princípio de que as classes de 5ª a 8ª séries já foram estadualizadas, têm este objetivo de fazer com que o benefício seja também estendido às séries iniciantes e que correspondem ao 1° grau.

Manifestação neste sentido já foi inclusive apresentada na Câmara de Toledo pelo Vereador LEANDRO DONIZETTI ALVES, recebendo apoio integral das bancadas daquela Casa, diante da alegação de que a estadualização em nada oneraria os cofres públicos.

Aguardamos com a maior brevidade possível a concretização desta justa reivindicação e contamos com a aprovação dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 1659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, é de conhecimento

público que muitos empregados da ULTRAFERTIL S.A. - Indústria e Comércio de Fertilizantes, Complexo Industrial de Araucária foram punidos com a demissão, em 1986 por terem participado de movimento reivindicatório da categoria.

Posteriormente a Constituição da República, promulgada em 05/10/88, art. 9°, § 5° do Ato das Disposições Transitórias, anistiou todos os trabalhadores punidos ou demitidos por motivação política, obviamente contemplando todos os casos ocorridos na referida empresa.

Ocorre, entretanto, que a empresa não concedeu o benefício constitucional, razão pela qual requeiro, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, DD. Presidente da PETROBRAS, ao Excelentíssimo Senhor Roberto Villa, MD. Presidente da PETROFERTIL, ao Excelentíssimo Senhor Joselino de Alcântara Júnior, Gerente Geral da ULTRAFERTIL, solicitando a imediata aplicação daquele indulto, haja vista que a maioria absoluta dos empregados nominados vêm recebendo sentenças favoráveis da Justiça do Trabalho.

Reconhecer o direito à livre manifestação dos trabalhadores na defesa de seus salários, é exigência da democracia. No Estado moderno não se pode admitir o descumprimento efetivo da Constituição em prejuízo dos trabalhadores, mormente da esfera pública.

A seguir a relação dos punidos ou demitidos:

1. Augusto Fernando Araujo Filho
2. Eni Mari Kusch
3. Eudes Gaudino de Souza
4. João Celso Augusto Camuto
5. Mário Celso Bilek
6. Péricles Augusto da Silva
7. Rivadal Dinizete Padilha
8. Sérgio Pereira Machado
9. Plínio Pereira
10. Adalberto Silveira Prado
11. Antônio Rodrigues de Oliveira
12. Ariel Cabral Xavier
13. Antônio Bernardino Peixoto
14. Adilson Luiz Gomes Jangada
15. Carlos Jorge Cunha
16. Clóvis Marcelo Simão Rodrigues
17. David Davidson Dias
18. Donizete Antonio de Oliveira
19. Elpidio Flausino
20. Edgard da Silva Pinto
21. Geraldo Gonzato
22. Inaldo Ferreira da Silva
23. Ivone Maria Joaquim Inckot
24. Júlio Shoitte Yokute
25. Joaquim Paiva da Silva
26. Maroni E. Nazari Prieto
27. Mário Tadashi Kiwara
28. Osvaldo Klabunde
29. Paulo Hermenegildo Luczszyn



30. Roberto Salvati
31. Renato Oliveira de Souza
32. Vitor Pachol Scatone
33. Vilma do Rocio Maestrelli Cortes
34. William Sérgio Manfredini
35. Solange da Silva Machado
36. Vasthe S. Guimarães Schafhauser

Ao final, REQUEIRO o envio de cópia deste expediente aos Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Araucária e dos Trabalhadores na Indústria de Refinação de Petróleo de Araucária.

Em anexo, os documentos que instruem o presente requerimento e a relação dos endereços.

Sala das Sessões, em 22.08.89

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO N° 1654

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, pede à Egrégia Assembléia, que, na forma da lei, se digne aprovar o seguinte pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública:

Que se digne a determinar ao DETRAN que informe esta Assembléia sobre:

- Total quantitativo de notificação de trânsito emitidas e processadas pelo órgão no período de janeiro a dezembro de 1988, discriminadas por grupo de penalidade, a saber:

1. Em Curitiba
2. Em Londrina

Sala das Sessões, em 22.08.89

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Temos sido instados pela base popular a trabalhar pela melhoria das condições de trânsito nas cidades do Paraná, e o bem comum, que atingiremos com a ação parlamentar nos pede o conhecimento destes dados, que, de resto, devem ser públicos e transparentes.

#### REQUERIMENTO N° 1655

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual que este subscreve solicita ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, que, ouvida a Assembléia, nos termos da lei, - isto é, a contar 30 dias da aprovação e conhecimento deste -, se digne a informar:

A arrecadação da multas de trânsito, discriminadas por grupos de penalidades, referentes ao Município de Curitiba e ao Município de Londrina, referente ao período de janeiro a dezembro de 1988, detalhando:

1. Os quantitativos de multas emitidas;
2. Os quantitativos de multas canceladas;

3. Os quantitativos de multas arrecadadas.

E finalizando com a somatória total da arrecadação.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A necessária transparência do Governo, tanta vez apregoada pelo nosso Governador Álvaro Dias, e as crescentes pressões comunitárias pelo reforço do aparato de policiamento e sinalização do trânsito nas grandes cidades pedem nossa ação parlamentar. Com as informações solicitadas poderemos criar - a título de colaboração - novos instrumentos legislativos para a área.

#### REQUERIMENTO N° 1656

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual pelo PDT do Paraná, pede à Egrégia Assembléia que, fazendo valer a lei, e suas prerrogativas, solicite ao Comandante do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Paraná dados sobre a arrecadação de multas e notificações de trânsito emitidas pelo órgão em 1988. Pede que estes dados sejam encaminhados com a seguinte discriminação:

1. Quantitativos de notificações de multas de trânsito emitidas em 1988, em Curitiba;

2. Idem para Londrina.

Pede ainda o mesmo Deputado que se digne o Senhor Comandante a informar esta Assembléia:

3. Qual o efetivo do Batalhão de Policiamento de Trânsito nas duas cidades nos anos de 1979 a 1989, ano por ano?

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) RAFAEL GRECA.

#### JUSTIFICATIVA:

Há forte pressão popular para que melhore a segurança do trânsito.

É nosso dever parlamentar possuímos as informações - que obriga a lei e Executivo nos conceda - para juntos buscarmos o bem comum.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 209/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o HOSPITAL DE CARIDADE SÃO PEDRO de Mallet; com sede e foro na Cidade de Mallet.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei nº 6.994/78 estamos apresentando o projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual, o Hospital de Caridade São Pedro de Mallet, com sede e foro na Cidade de Mallet, cuja a sede, localiza-se à Rua Dr. Vicente Machado nº 548 - CEP. 84.570.

Fundada em 20 de junho de 1937, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência estabelecida em seus estatutos, contando com o apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, principalmente de sua Diretoria bem como de todos os segmentos da sociedade local.

A entidade devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, sob nº 02 no Livro modelo A, fl.01 de Registros de Pessoas Jurídicas de 03 de agosto de 1.938.

Seu estatuto por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

O Hospital de Caridade São Pedro de Mallet, não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções, não tem fito lucrativo; não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o "superávit", eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 210/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os proprietários e responsáveis por estabelecimentos de hospedagem, a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas comerciais, perante o órgão policial competente.

Parágrafo Único - Na Capital, o registro far-se-á junto à Delegacia de Ordem Social, após despacho final do titular da Diretoria da Polícia Civil.

Art. 2º - O requerimento de registro será instruído com os seguintes documentos:

I - Registro na Junta Comercial do Paraná;

II - Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

III - Vistoria favorável da Saúde Pública, Corpo de Bombeiros e Prefeitura Municipal.

IV - Certidões negativas de antecedentes criminais do proprietário ou responsável pelo estabelecimento;

V - Prova de permanência legal no País, quando o proprietário ou responsável for estrangeiro.

Parágrafo Único - Atendidas as exigências do registro, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria Estadual de Saúde Pública vistoriarão, periodicamente, os estabelecimentos.

Art. 3º - O alvará de funcionamento será concedido uma vez preenchidos os requisitos do artigo 2º, em todos os seus itens, nele figurando o número de ordem, o nome do estabelecimento, o nome dos proprietários ou responsáveis, bem como o nome de fantasia do estabelecimento.

Parágrafo Único - Para a obtenção do alvará, será recolhida a taxa prevista nesta lei.

Art. 4º - O alvará será renovado anualmente até o dia 28 de fevereiro de cada ano, mediante apresentação da guia de recolhimento da taxa de renovação, devidamente quitada.

Parágrafo Único - O valor da taxa anual corresponderá a 5% (cinco por cento) do salário-mínimo vigente no mês de fevereiro do ano correspondente, para cada aposento que o estabelecimento possuir.

Art. 5º - A mudança de nome ou de espécie do estabelecimento, dependerá de alvará que será expedido pela autoridade policial.

Art. 6º - Em caso de alienação do estabelecimento, o novo proprietário ou responsável, mediante prova de aquisição, requererá à autoridade policial a transferência do registro, satisfeitas as exigências desta lei, providenciando-se a baixa do registro anterior.

Art. 7º - O estabelecimento de hospedagem somente poderá transferir-se de prédio, mediante prévio requerimento à autoridade policial e satisfeitas as exigências do item III, do Art. 2º, desta Lei.

Art. 8º - Não será licenciado estabelecimento cujo proprietário ou responsável tiver sido condenado em processo por crime contra os costumes, saúde, incolumidade pública, patrimônio, ou por contravenção.

Parágrafo Único - Não será licenciado o estabelecimento pertencente a Sociedade ou Associação da qual faça parte, sob qualquer forma, pessoa condenada em procedimento penal regular.

Art. 9º - Os estabelecimentos de hospedagem não poderão funcionar sem o registro de que trata o artigo 1º desta lei, sujeitando-se às penalidades previstas nesta lei.

Art. 10 - Não serão concedidas autorizações precárias ou provisórias para funcionamento de estabelecimentos de hospedagem.

Art. 11 - Nos estabelecimentos classificados pelo sistema de "estrelas", pela

EMERATUR ou outro órgão que venha a substituí-la, o pretendente a hospedagem somente ocupará os aposentos, após identificar-se e preencher com clareza a ficha de registro própria.

Parágrafo Único - As fichas serão adquiridas, preenchidas e encaminhadas, de acordo com as instruções da EMERATUR ou da Empresa que a suceder.

Art. 12 - Nos estabelecimentos não classificados pelo sistema de "estrelas", adotar-se-á o mesmo critério de identificação, não havendo necessidade de preenchimento de ficha de registro.

Art. 13 - Se o hóspede não souber ou não puder escrever, o encarregado da recepção preencherá a ficha, anotando tal circunstância.

Art. 14 - Somente com autorização expressa da autoridade policial, poder-se-á admitir hóspedes sem documentos de identidade.

Art. 15 - Todos os estabelecimentos de hospedagem recolherão ao Funrespol, taxa mensal que deverá ser paga até o último dia útil de cada mês, na forma seguinte:

I - Os classificados pelo sistema de estrelas, 7,5% (sete e meio por cento) do valor do salário-mínimo vigente na data do vencimento, para cada aposento.

II - Os não classificados pelo sistema de estrelas, 15% (quinze por cento) do valor do salário-mínimo vigente na data do vencimento, para cada aposento.

Art. 16 - Se o pretendente a hospedagem estiver acompanhado de menor de deztoitos anos, deverá comprovar sua condição de responsável legal e, não o sendo, exibirá autorização do responsável do juizado competente.

Parágrafo Único - Na ausência da comprovação ou da autorização, ou em caso de dúvida, poderá ser aceita a hospedagem desde que o responsável pelo estabelecimento acolha as declarações dos pretendentes e as abone, expressamente.

Art. 17 - Não é obrigação do hospedeiro a perquirição do estado civil ou das intenções dos hóspedes.

Art. 18 - As inspeções aos estabelecimentos de hospedagem serão procedidas pelos órgãos competentes e, salvo nos casos de inspeção para aferição das perfeitas condições físicas de todo o estabelecimento, as demais ficarão restritas aos locais de administração e recepção.

Art. 19 - Será cassado o alvará de funcionamento:

I - Quando, habitualmente, os hóspedes, visitantes, empregados ou fregueses perturbem o sossego alheio, ponham em risco a vida ou a integridade física de terceiros ou atentem contra moral e o decoro;

II - Quando, habitualmente, os proprietários, responsáveis ou empregados do

estabelecimento, procurem dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos públicos;

III - Quando o estabelecimento deixar de recolher o valor de multas, no prazo previsto no artigo 22.

Art. 20 - Independentemente de outras sanções, os estabelecimentos de hospedagem sujeitam-se às seguintes penalidades administrativas.

I - multa no valor de 1 (hum) a 6 (seis) salários-mínimos:

a) por falta de registro do estabelecimento na delegacia policial competente;

b) por dificultar a fiscalização policial;

c) por tolerar ruídos ou algazarras em hora de repouso noturno;

d) por não exigência ao hóspede de documento de identificação;

e) por não possuir alvará de licença ou não revalidá-lo anualmente.

Art. 21 - É o titular da Delegacia de Ordem Social autoridade competente para a aplicação das penalidades previstas nesta lei, cabendo recurso, com efeito suspensivo, no prazo de dez dias para o Diretor da Polícia Civil, na hipótese de aplicação de multa.

Parágrafo Único - No interior do Estado, as penas de multa serão aplicadas pela autoridade policial local, cabendo recurso, com efeito suspensivo, no prazo de quinze dias, para o Delegado de Ordem Social a quem se comunicará, em igual prazo, a aplicação da penalidade.

Art. 22 - Após decisão denegatória do recurso, terá o estabelecimento infrator o prazo de quinze dias para recolher o valor da multa.

Art. 23 - As multas ou quaisquer valores não recolhidos nos prazos previstos, serão corrigidas monetariamente nos mesmos índices das demais taxas ou impostos estaduais.

Art. 24 - Verificada infração passível de multa, será lavrado termo constando data e hora da infração, nome e endereço do estabelecimento, natureza da infração e nome e cargo do encarregado da fiscalização.

Parágrafo Único - O termo será assinado pelo encarregado da fiscalização e pelo responsável pelo estabelecimento ou, quando houver recusa deste, por duas testemunhas, observando-se tal circunstância.

Art. 25 - O termo de infração será lavrado em duas vias, na Capital, e três vias, no interior, sendo que a segunda via será entregue ao infrator e a terceira via, quando houver será encaminhada à Delegacia de Ordem Social.

Art. 26 - A primeira via do termo de infração, após autuada, será encaminhada à Delegacia de Ordem Social da Capital, ou

Delegacia Policial da localidade, para aplicação das sanções cabíveis.

Art. 27 - O estabelecimento de hospedagem manterá em sua fachada, obrigatoriamente, letreiro indicativo de sua espécie comercial.

Parágrafo Único - Cassado o alvará de funcionamento, a autoridade policial mandará retirar o letreiro.

Atr. 28 - Todas as taxas e multas previstas nesta lei reverterão ao FUNRESPOL.

Art. 29 - Após a publicação desta lei fica suspensa a impressão das fichas de hospedagem previstas na Lei nº 6416/73.

Art. 30 - Publicada esta lei, o critério de fichas previsto na legislação anterior será adotado somente até o encerramento do mês da publicação.

Art. 31 - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogada a lei nº 6416, de 03 de julho de 1973 e demais disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

**JUSTIFICATIVA:**

A iniciativa que propomos visa, principalmente, atualizar a legislação estadual que rege os estabelecimentos de hospedagem do Paraná, adequando-a a uma realidade mais condizente com a evolução dos costumes.

De outra parte, seu alcance é ainda maior, pois sabe-se que grande parte dos estabelecimentos abrangidos por este plano de lei, não utiliza as fichas fornecidas pelas autoridades policiais, gerando prejuízo irreparável para os cofres públicos, prejuízo esse que se agiganta quando não recolhidas, nem aplicadas multas e não pagas as taxas de concessões de alvará e de número de aposentos.

Assim, para sanar essas irregularidades, submetemos este plano à apreciação dos senhores Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 211/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica autorizada a execução diária do Hino Nacional Brasileiro, no início das aulas, na Rede Estadual de Ensino de nível fundamental e médio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição objetiva despertar e incentivar a classe estudantil, bem como a dos professores, a cultivarem o patriotismo e o civismo, como forma de demonstração de amor à terra em que nascemos e respeito ao Hino que a representa.

Vale dizer ainda, que tal projeto de lei vem alicerçar a busca de credibilidade nesta Nação, que passa por momentos difíceis, de crise e injustiças sociais e o passado nos mostra que justamente neste instante é que se faz necessário acreditar em forças concretas que também são as do civismo e do patriotismo.

Certo de contar com o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, submeto-a à apreciação e espero aprovação para nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 212/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPO MOURÃO, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, congrega as empresas que exercem atividades comerciais, industriais ou agrícolas em todas as suas modalidades econômicas ou financeiras, servindo como representante da classe, orientando, assistindo, amparando e instruindo perante os poderes públicos, autoridades nacionais e estrangeiras, outras congêneres e o público em geral.

Além de incentivar o espírito de solidariedade e o intercâmbio entre as entidades congêneres e afins, no estudo e solução de problemas econômicos e financeiros do Município, da Região e do Estado do Paraná.

Certo de poder contar com o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, submeto a exame a nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 213/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica autorizado ao Poder Executivo a efetuar quinzenalmente o pagamento dos funcionários públicos da rede estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 22.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta de lei não trará nenhum aumento de despesas para os cofres públicos, uma vez que não altera os valores mensais que são pagos ao funcionalismo.

Em contrapartida, beneficiará os funcionários que estão sujeitos a sucessivos aumentos em todos os gêneros de suas necessidades e que chegam ao final do mês sem recursos financeiros à disposição, em virtude dos efeitos da desvalorização diária da moeda, a qual dificulta o planejamento mensal familiar.

As empresas privadas já se utilizam deste sistema, em forma de "vales" que são descontados nos vencimentos mensais.

Esperando poder contar com o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, submetemos a nossa proposta para apreciação.

PROJETO DE LEI N° 214/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica concedida a REGINA APARECIDA ZAUPA PIVA, viúva do vice-Prefeito do Município de Terra Roxa (gestão 82/88), Adolfo Piva, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência.

Parágrafo Único. A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 22.08.89.

(a) SABINO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência a Senhora Regina Aparecida Zaupa Piva, viúva de Adolfo Piva, vice-Prefeito de Terra Roxa na gestão 82/88, ora submetido a exame e apreciação desta Casa de Leis, consubstancia medida que sob todos os aspectos é plenamente justa e oportuna, pois virá assegurar meios de sobrevivência à viúva do vice-prefeito falecido quando ainda no desempenho do mandato para o qual foi eleito nas eleições de 15 de novembro de 1982.

Estou certo que esta proposição merecerá dos Senhores Deputados o necessário apoio e consequente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 215/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica concedida a JOZILDA PACHECO ANTONELLI, viúva do ex-Prefeito do Município de Terra Roxa, ADEMIR ANTONELLI, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a

beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.89.

(a) SABINO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência a Senhora JOZILDA PACHECO ANTONELLI, viúva de ADEMIR ANTONELLI, ex-Prefeito de Terra Roxa, ora submetido a exame e apreciação desta Casa de Leis, consubstancia medida que sob todos os aspectos é plenamente justa e oportuna, pois virá assegurar meios de sobrevivência à viúva do Prefeito falecido recentemente quando ainda no desempenho do mandato de Chefe do Executivo Municipal de Terra Roxa, para cujo cargo foi eleito nas eleições de 15 de novembro de 1988.

Estou certo de que esta proposição merecerá dos Senhores Deputados o necessário apoio e consequente aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Esta Casa, que já em anos passados tem feito sessões solenes para destacar o "Dia dos Maçons" que transcorreu no domingo último passado, dia 20 de agosto, não poderia deixar em branco tão memorável data, dada a contribuição que essa entidade tem dado à história brasileira.

E em forma de homenagem, pelo transcurso do "Dia dos Maçons", nós queremos solicitar a essa Presidência, à Mesa portanto com a aquiescência dos Senhores Deputados, que seja transcrito na íntegra nos Anais desta Casa, a proclamação dos Maçons ao povo brasileiro, e assinado pelos grãos-mestres dos Estados do Acre, do Amapá, Bahia, Ceará, Estado de Goiás, Alagoas, Amazonas, Brasília, Espírito Santo, Estado do Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Estado do Paraná, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Sergipe.

Portanto, reunidos os grãos-mestres do Brasil inteiro, representando assim a maçonaria nacional, redigiram uma proclamação dos maçons ao povo brasileiro.

Apesar da exiguidade do tempo eu pediria que fosse transcrito nos Anais da Assembléia, na íntegra, no entanto reservo-me nesta oportunidade para ler apenas a

posição que essa egrégia entidade tem em relação à futura decisão do plebiscito nacional no que diz respeito ao Parlamentarismo. (LÊ):

**Confederação da Maçonaria  
Simbólica do Brasil.  
Secretaria Geral**

**"PROCLAMAÇÃO DOS MAÇONS  
AO POVO BRASILEIRO".**

Os vinte e seis Grão-Mestres das Grandes Lojas Maçônicas sediadas nos Estados Brasileiros e no Distrito Federal, reunidas em sua XVIII Assembléia Geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, em Vitória, Estado do Espírito Santo, após examinar matéria e temas de interesse interno, debater e refletir sobre o momento porque passa a sociedade brasileira, concluem:

Sofre o povo com as conseqüências do egoísmo, da ausência dos princípios morais, da corrupção e da licenciosidade, predominantes nas ações dos seus mandatários, resultando insegurança quanto ao futuro imediato do País, gerando simultaneamente, o ceticismo, o inconformismo e a revolta.

A Nação assiste, estarecida, a um violento processo de estagnação, levando o setor produtivo Nacional à ociosidade e à falência, provocando desempregos e conseqüente miséria do povo, ao qual se nega em sua imensa maioria, acesso aos programas de Saúde, Educação, Transporte, Saneamento Básico, Alimentação e Nutrição.

O País vive crise interna sem precedentes em nossa história, resultante de indiscutível política centralizadora e de má aplicação dos recursos públicos.

A corrupção campeia desenfreada e impunemente em todos os setores da vida Nacional, realizam-se despesas exorbitantes fora de nossa realidade econômica; os desvios de verbas destinadas a obras e serviços essenciais prioritários, constituem-se em prática contumaz na administração pública, as empresas estatais são administradas sem o efetivo controle, sujeitas ao sabor da conveniência política, que leva suas administrações ao descalabro econômico com irreversíveis prejuízos ao País; nossas riquezas continuam a ser entregues à sanha do monopólio estrangeiro, em detrimento do povo e da Nação, e a espiral inflacionária eleva-se a níveis insuportáveis.

Sempre, ao final de suas Assembléias Gerais, os Maçons têm advertido, reiteradamente, estas denúncias às autoridades responsáveis pela condução dos destinos do País, caindo, lamentavelmente, no vazio, suas advertências.

Por isso, hoje, mais uma vez, dirigem-

-se ao Povo Brasileiro. Quando se aproxima a escolha do futuro Presidente da República, impõe-se questioná-la como responsável, neste século, como geradora permanente das crises que impediram o exercício efetivo do Governo pelo Povo. O excesso de concentração do poder nas mãos de um só homem, impossibilita a amplitude que se quer de um executivo que possa representar com maior responsabilidade a qualificação, um País que congrega cerca de cento e quarenta milhões de habitantes.

A representação popular, na democracia moderna, deve se estruturar em partidos políticos fortes, que tenham assento na livre escolha da população que, de seus representantes, possa cobrar legitimamente os compromissos assumidos por mandatários e que exerçam em realidade os Poderes Legislativo e Executivo da Nação.

Crendo, firmemente, os Maçons, que os impasses gerados por posições conflitantes entre esses poderes da República, devam ser resolvidos através do diálogo produtivo, e estruture na inexistência de mandatos fixos, cuja permanência perdure enquanto sirva aos interesses Nacionais. O povo mais uma vez, é conduzido a uma farsa, pois as eleições que deveriam ser o caminho para a solução dos grandes problemas Nacionais, está sendo usado para acobertar os cem anos de Presidencialismo falido, e está provado, não solucionará o caos imperante.

Impõe-se, pois, à consciência Nacional a escolha de um nome dentre os atuais postulantes ao cargo de Presidente, daqueles que, com seus partidos políticos, expressamente, assumam o compromisso público de implantar o Parlamentarismo no Brasil, se antes o Congresso Nacional assim não o decidir.

Assim vêem os Maçons o Parlamentarismo como o mais adequado processo de representatividade popular para o exercício do Governo da Nação, compatível com as mudanças institucionais e que pode propiciar ao País, um regime democrático estável e permanente, como o proposto aos Constituintes pela Maçonaria, desde 1985.

Os Maçons, como Novos Confidentes, conclamam o povo brasileiro para retomada do seu destino, evitando com isso, uma possível convulsão social.

Vitória, (ES) 21.07.89.

(a) CLÁUDIO DA CUNHA E SILVA  
Secretário

DILSON ALVES RIBEIRO  
Grande Loja Maçônica do  
Estado do Acre

JACI JANSEN COSTA  
Grande Loja Maçônica do  
Amapá



LUIZ HENRIQUE MOREIRA  
Grande Loja Unida da  
Bahia

JOSÉ LINHARES DE V. FILHO  
Grande Loja Maçônica do  
Ceará

ANTÔNIO BATISTA XAVIER  
Grande Loja Maçônica do  
Estado de Goiás

PAULO VIEIRA PINTO  
Sereníssimo Grão-Mestre da  
M.R. Grande Loja do Estado  
do Espírito Santo, e Presi-  
dente da XVIII Assembléia  
Geral Ordinária.

CARLOS HUMBERTO R. DE MELLO  
Grande Loja do Estado de  
Alagoas

AFONSO LUIZ COSTA LINS  
Grande Loja Maçônica do  
Amazonas

JOSÉ CARLOS GENTIL  
Grande Loja Maçônica de  
Brasília

PAULO VIEIRA PINTO  
Grande Loja do Estado do  
Espírito Santo

CELSO FRANCO RABELO  
Grande Loja Maçônica do  
Estado do Maranhão

OTHELO PALMA  
Grande Loja do Estado do  
Mato Grosso

GETÚLIO GADELHA DANTAS  
Grande Loja Maçônica de  
Minas Gerais

ROMILDO DIAS DE TOLEDO  
Grande Loja do Estado da  
Paraíba

MANUEL ALVES DA ROCHA  
Grande Loja de Pernambuco

WALDISAR QUEIROGA E SILVA  
Grande Loja do Estado do  
Rio Grande do Norte

IURY NICOLAO KLER  
Grande Loja do Estado do  
Rio de Janeiro

ORLANDO MARINHO DA SILVA  
Grande Loja Maçônica de  
Roraima

SALIM ZUGAIB  
Grande Loja do Estado de  
São Paulo

RUBENS MARQUES DOS SANTOS  
Grande Loja Maçônica do  
Estado do Mato Grosso do  
Sul

ANTÔNIO PEREIRA MENDES  
Grande Loja Maçônica do  
Pará

ADOLFO BLEY  
Grande Loja Maçônica do  
Estado do Paraná

CARLOS DEL-PRESTES MONTEIRO  
Grande Loja Maçônica do  
Piauí

WALNYR GOULART JACQUES  
Grande Loja do Rio Grande  
do Sul

CYRILLO L.C. DA SILVA NEVES  
Grande Loja Maçônica do  
Estado de Rondônia

JAMES GILSON BERLIM  
Grande Loja do Estado de  
Santa Catarina

ANTÔNIO FONTES FREITAS  
Grande Loja do Estado de  
Sergipe"

Assinam, portanto, Senhor Presidente  
os grãos-mestres dos diversos Estados aqui  
já nominados.

Queremos parabenizar, mais uma vez, a  
atuação da Maçonaria no nosso querido Bra-  
sil.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Gran-  
de Expediente, com a palavra o Deputa-  
do Rafael Greca.

(Declina).

No Horário das Lideranças consulto a  
Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,  
Senhores Deputados. (Lê):

"Mais uma vez, ocupamos a tribuna da  
Assembléia Legislativa para destacar nossa  
preocupação com a caótica e já insuportá-  
vel realidade no setor de trânsito em nos-  
so País.

Desde que assumimos nosso primeiro  
mandato, na Câmara Municipal de Curitiba  
e, hoje, na Assembléia, sempre procuramos  
pontuar nossa atuação sobre as questões

que mais atingiam e ainda atingem a população curitibana e paranaense como um todo.

Foram anos em que lutamos por conquistas e melhorias, além é claro, de mudanças, no setor da segurança pública, da educação, da saúde, da administração pública e outros. No entanto, durante todo esse período, devotamos preocupação especial, com a questão do trânsito. Até pela nossa atividade profissional, onde vemos diariamente, a população ser vitimada pelos acidentes de trânsito em nosso País, não poderíamos deixar de, através de nosso mandato, buscar, incessantemente, por meios que possam coibir a violência no trânsito.

As páginas policiais oferecem, constantemente, dados mais do que indicadores de que é necessário tomar-se providências nesse campo.

Estudiosos dessa área têm apontado que os índices da violência no trânsito tendem a crescer progressivamente, até a transformação de todo o trânsito em um caos inadministrável.

A invasão das cidades pelos veículos não ensejou uma relação harmoniosa entre pedestre e motorista e, os vitimados, no dia-a-dia, por esse confronto, são as maiores vítimas de um outro grande mal, a impunidade para os crimes de trânsito.

Essa preocupação, aliada aos dados estatísticos, levantados pelos órgãos de trânsito do País, que oferecem trágicas perspectivas para esse campo, ainda neste ano, foram as razões principais do ofício que enviamos, no dia 28 de março, próximo passado, através desta Casa, ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça, na ocasião, Oscar Dias Corrêa, solicitando as providências necessárias para o andamento do anteprojeto de lei que dispõe sobre os crimes de trânsito.

Vejam bem os Senhores, as expectativas de delitos de trânsito, para 1989, são alarmantes: devem ocorrer de 900 a um milhão de sinistros, 50 mil óbitos, 250 mil inválidos permanentes e 300 mil lesões leves. E, diante disso, nós representantes da população, não podemos nos omitir.

É preciso que estudemos quais as providências, as medidas que podemos tomar para coibir a violência no trânsito e, principalmente, a adoção de leis rígidas para a punição dos criminosos do trânsito.

Dessa forma, punindo com severidade, poderemos dar claros sinais de preocupação e ação prática para a eliminação dessa grave modalidade de crime no nosso País.

Com essa preocupação, pedimos ao Ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa que enviasse os esforços necessários no sentido de dar andamento ao projeto Menna Barreto, cuja finalidade é dispor sobre os

crimes relacionados com o trânsito de veículos motorizados em vias abertas à circulação pública.

Esse anteprojeto foi elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pela portaria n. 327/B, datada de 1º de junho de 1976 e publicada no Diário Oficial da União da mesma data e integrado pelo Dr. João Lacerda Menna Barreto (Presidente), Juiz de Direito do Estado do Rio de Janeiro; pelo Dr. Marcelo de Araújo Júnior, Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Dr. Paulo de Carvalho, professor de Direito Penal. O anteprojeto, dividido em 41 artigos, define as várias modalidades de delitos do automóvel.

E nós recebemos a resposta do Ministério, somente este mês, através do ofício 00468/GM/MJ, esclarecendo que o referido anteprojeto mereceu estudos no Ministério, recebendo, manifestações dos órgãos técnicos que, embora louvando a iniciativa, apontaram impropriedades, também, objeto de reparos formulados por Demásio Evangelista de Jesus e Heleno Cláudio Fragoso. Diante disso, o Ministério da Justiça limitou-se a informar que esforços estão sendo envidados para redução da violência no trânsito, com o PRONAST, Programa Nacional de Segurança no Trânsito, desenvolvido pelo CONTRAN e DENATRAN, objetivando proporcionar um conjunto de medida de combate aos acidentes.

Vejam, Senhores Deputados, se foram apontadas algumas incorreções no anteprojeto, deveriam ser procedidas às alterações necessárias, a fim de que pudesse ser colocado em prática.

Lamentavelmente, vemos que a posição assumida pelo Ministério nessa questão é muito tímida, senão, quase omissa, porque pretende desenvolver medidas para o combate à violência no trânsito, sem tocar no miolo do problema que é a impunidade.

O motorista de trânsito deve agir com responsabilidade dentro do veículo e essa responsabilidade é alcançada e aferida através das punições aplicadas com autoridade, quando da infração cometida.

A tomada de medidas desse aspecto, paliativo, não resolvem mais, só acentuam o problema, porque evidenciam que não se está agindo com a seriedade que a situação requer, como provam os inúmeros mutilados, assassinados e inválidos do trânsito, vítimas da imprudência, desrespeito, negligência, desatenção e, principalmente, falta de responsabilidade de alguns motoristas.

Neste País, conduzir automóvel alcoizado, por exemplo, não é enquadrado como crime mas, contravenção. O atropelamento, ainda que proposital, não é encarado como tentativa de homicídio ou crime doloso, mas, simples acidente de trânsito, tornando

do-se mais um caso, junto aos milhares que, ao longo dos anos, prescrevem pelo tempo, deixando como únicas marcas, somente as suas vítimas, penalizadas, sem culpa alguma, pela violência nas vias públicas".

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica aqui a nossa posição de repúdio às autoridades brasileiras que lidam na área de trânsito, porque não é possível que um projeto criado por uma comissão em 1976 permanecesse tantos anos engavetado. E nós, descobrindo este fato, fizemos um ofício através desta Casa, ofício datado ainda do início do mês de março de 1989. Somente agora nos vem a resposta, dizendo que haveria a necessidade de uma série de modificações, só que as modificações até agora, lamentavelmente, não aconteceram e, diariamente, vemos vidas ceifadas pelas ruas das cidades e pelas estradas que cortam este país.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PDS com a palavra.  
(Declina).  
PDC.  
(Declina).  
PFL.  
(Declina).  
PL.  
(Declina).  
PT.  
(Declina).  
PTB.  
(Declina).  
PTN.  
(Declina).  
PRN.  
(Declina).  
PRP.  
(Declina).  
PSDB.  
(Declina).  
PMDB.

Deputado Dirceu Manfrinato com a palavra.

SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A nossa vinda nesta tarde a esta tribuna significa uma posição em que queremos neste momento cobrar das pessoas que se utilizam das formas mais baixas possíveis para destruir ou tentar destruir aqueles que estão trabalhando pelo povo do Paraná. Quando digo isso quero ser testemunha nesta tarde do trabalho desenvolvido pelo Senhor Secretário da Saúde, Dr. Delcino Tavares. Hoje vítima de um complô que se forma, um "lobby" em cima do seu nome. Não sei pelo fato de o Senhor Secretário já ter dito à imprensa do Paraná do seu desejo de disputar uma vaga na Câmara Federal.

Nós queremos, neste momento, solicitar

do Senhor Presidente que se registre nos Anais deste Poder Legislativo uma Moção de Apoio dos prefeitos: "Os Prefeitos Municipais, abaixo-assinados, manifestam o seu apoio ao Exmº Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva, com referência às notas veiculadas pela Imprensa quanto ao Presidente da Associação Médica do Paraná, Dr. José Alex Neto. Curitiba, 22 de agosto de 1989. Dr. Sidney Giroto, Prefeito Municipal de Rondon; Dr. Arlei Hernandes Biazzi, Prefeito Municipal de São Tomé; Noé Caldeira Brant, Prefeito Municipal de Tapejara; Osvaldo Frazato, Prefeito Municipal de Japurá".

Nós não podemos permitir que pessoas que às vezes não tiveram a felicidade, ou que através de um trauma não conseguiram os seus objetivos na vida, venham tentar desestabilizar aquele que está demonstrando ao Paraná, à sua população, um trabalho de seriedade e de eficiência. Eu quero Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazer um retrospecto com relação à Secretaria da Saúde do Paraná.

Hoje nós sabemos que a posição do Senhor Secretário é uma posição firme, uma posição de direita, não permitindo que haja política dentro da Secretaria da Saúde a não ser a política de atendimento, oferecendo uma melhor condição ao povo do Paraná.

Eu quero lembrar nesse instante, quando já em hum mil novecentos e oitenta e três assumiu a Secretaria da Saúde no Governo José Richa, o ex-Secretário Luis Cordoni Júnior, que tinha suas tendências e existe até hoje, uma tendência de esquerda, e que, esse Deputado por surpresa recebeu uma demissão em Cianorte, do Norte, com Luiz Fernando Nicolau, que é hoje Vereador em Cianorte e atual Presidente da Câmara. Quando, na verdade essa demissão não foi consultada na época, o Deputado que tinha representação naquele município de Cianorte e que temos hoje.

A partir do momento em que questionou o Governador José Richa, em relação a essa demissão, nem o próprio Governador sabia disso, é porque atrás disso, estava a esquerda, tentando desestabilizar os homens da direita, que estavam preocupados com os problemas de saúde do Paraná.

Quero nesse momento, registrar aqui o mérito ao Governador José Richa, que imediatamente pediu que fosse readmitido o Dr. Luis Fernando Nicolau. E hoje vive-se o mesmo episódio com relação à Secretaria da Saúde, as esquerdas, que não estão preocupadas com a saúde da população do Paraná, as esquerdas que estão preocupadas sim, com os interesses eleitoreiros de hum mil novecentos e noventa, procuram destruir, denegrir a imagem de um Secretário, que nós estamos vendo de perto o seu tra-

balho e seguindo os princípios, os critérios do Governo do Paraná.

Eu concedo um aparte ao meu Líder Artagão Mattos Leão e em seguida ao Deputado Eduardo Baggio.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Deputado Dirceu Manfrinato, nós gostaríamos de somarmos o nosso pensamento ao de V. Exa, por que nós temos conhecimento, temos lido pelos jornais, acusações mais acusações contra a pessoa do Senhor Secretário Delcino Tavares.

Mas, nós sabemos que não passam de meras acusações, acusações infundadas, acusações que dizem que as contas da Secretaria da Saúde, com relação ao SUDS, não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União. Nós sabemos ilustre Deputado, que essas contas não foram julgadas, que essas contas foram analisadas por um julgador e este resolveu por bem solicitar informações à Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, para posterior julgamento. Como então podemos afirmar peremptoriamente, de forma categórica, que as contas da Secretaria da Saúde do Paraná, com relação ao SUDS, não foram aprovadas, se elas não foram sequer julgadas. Por isso, ilustre Deputado é que nós como V. Exa, confiamos na lisura, na idoneidade e na capacidade de trabalho do Senhor Secretário da Saúde. E temos certeza de que a opinião pública do Paraná, mercê do seu trabalho frente àquela Secretaria, que nós sabemos ser uma Secretaria difícil de "tocar". A população do Paraná também está comungando com o nosso pensamento e aprovando, já, de antemão, não somente as contas do ilustre Secretário, mas também o seu trabalho à frente da sua Secretaria.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - O Senhor Presidente, consulto V. Exa; o Deputado Eduardo Baggio pediu um aparte, só para concluir.

Concedo aparte ao Deputado e pediria ainda que me reservasse um minuto para terminar.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Serei breve, nobre Deputado. Apenas para enaltecer as palavras que V. Exa, nesta tarde, vem em defesa do nosso Secretário da Saúde. E, também, colaborando com as palavras do nosso Líder, Deputado Artagão Mattos Leão, hipotecando nossa solidariedade e o nosso voto de confiança ao Secretário Delcino Tavares, pelo trabalho sério e honesto que ele está fazendo frente àquela Secretaria. Se não fosse honesto, não seria convidado pelo Governador Álvaro Dias. Portanto, tem de nossa pessoa e tenho a certeza de todos os Deputados que têm a consciência tran-

quila, que sabem do trabalho que ele está fazendo frente àquela Secretaria, o nosso apoio. Portanto, conte conosco, também, nobre Deputado. É gostaria de somar ao vosso depoimento, nesta tarde, para que possamos juntos defender aqueles homens que querem defender também a saúde do Paraná.

Creio eu que são pessoas interessadas no seu lugar, que estão fazendo tudo isso para denegrir a imagem de um cidadão paranaense.

Muito obrigado.

A SR.<sup>a</sup> VERA AGIBERT - Eu gostaria de me somar às suas palavras e dizer que quem conhece o trabalho do Secretário da Saúde do Estado do Paraná, no campo, nos municípios, em favor do povo, principalmente da região que eu posso falar, que é a região que eu represento, eu gostaria de parabenizar e agradecer ao Dr. Delcino pelo trabalho que ele desenvolveu durante este tempo, em favor do povo que eu represento.

Parabéns pelo seu pronunciamento e eu me somo com as vossas palavras, nobre Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, Deputada Vera...

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, com a palavra o nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu consulto esta Presidência: quantos minutos dispõe a Liderança do PMDB neste plenário?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, 5 minutos para cada Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu solicito, Senhor Presidente, um minuto para encerrar.

Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa que me inscreva para o Grande Expediente, que eu estarei debatendo esta tese, com relação à Secretaria da Saúde.

E ao encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quem é que não se lembra quando no Governo do Paraná, durante todos os anos, Cianorte teve vez no segundo escalão, foi no Governo Álvaro Dias, quando trouxe um médico da Secretaria da Saúde, Dr. Adilson, e em consequência também um médico de Apucarana, Dr. Francisco, que

tentaram derrubar o Secretário da Saúde, porque pertenciam à ala da esquerda e queriam continuar, que a Secretaria fosse administrada da forma que foi administrada pelo ex-Secretário Luiz Cordoni Júnior, que não era mandado pelo Secretário, mas sim pelo ex-Deputado Márcio Almeida, que era da esquerda, na Assembleia Legislativa do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Expediente passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. -

Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, com apoio do Senhor Deputado Gernote Kirinus constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 44/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 44/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, no Município de Palotina para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Miripá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Em anexo Projeto de Lei nº 170/88). Aprovado artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### EM VOTAÇÃO.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 43/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 20/89), que autoriza o Poder Executivo a alienar a Dinor Benazzi, a área de terras devolutas com 201 hectares, incorporadas ao patrimônio do ITCF, no Muni-

cípio de Marilena Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero que registre o meu voto contrário, pois não sou favorável a que o Estado do Paraná possa transferir terras públicas para os fazendeiros.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Será registrado.

#### EM VOTAÇÃO.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 113/89, de autoria do Deputado Homero Oguído, que declara de Utilidade Pública o CENTRO OCUPACIONAL DE LONDRINA, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 31/89, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que denomina "Deputado Benedito Lúcio Machado" o auditório "A" do Edifício Trancredo Neves. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 46/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 26/89), que autoriza o Poder Executivo a alienar a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A - ELEIROSUL, uma área de terra situada no Município de Laranjeiras do Sul. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 49/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 32/89), que objetiva dar nova redação ao parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 7.766, de 11 de novembro de 1983, através da qual o Poder Executivo doa ao Município de Itambé um imóvel para a construção do Asilo São Vicente de Paulo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 67/89, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que altera a Lei nº 8.679, de 22 de dezembro de 1.987. (Autoriza ao Poder Executivo a proceder, na forma que especifica, permuta de imóveis com o Município de Londrina). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 104/89, de autoria do Deputado Ezequias Lasso, que concede o título de Cidadã Benemerita do Paraná à Pastora Odá de Castro Pessanha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 116/89, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho", com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 119/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que declara de Utilidade Pública o "Recanto da Velhice de Paraíso do Norte", com sede e foro no Município de Paraíso do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 124/89, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública o "CENTRO DE ESTUDOS DE PSICODRAMA INFANTIL DO ESTADO DO PARANÁ", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem)- Eu peço, Senhor Presidente, a informação de Vossa Excelência, se contactou o Poder Executivo, a respeito dos quatro Pedidos de Informação que são de vários meses expirados, com a forte transgressão da Lei e o desrespeito do Poder Executivo a este Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa renovou o Pedido de Informações que Vossa Excelência encaminhou, dirigido ao Governador do Estado, pela Presidência deste Poder. Tão logo cheguem as informações Vossa Excelência será informado.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu indago de Vossa Excelência, se mais um mês vamos esperar ou se eles vão mandar com a urgência que pede a gravidade da transgressão das normas estatuídas na Constituição Federal?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- É como diria o Ministro Armando Falcão: "Só Deus sabe".

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 30/89, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que denomina "DEPUTADO LEOVEGILDO SALLES" o auditório "B" do Edifício Tacre-

do Neves. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 256/87, de autoria do Deputado Raul Lopes, que cria a vaga de Capelão Policial Militar Evangélico na Polícia Militar do Paraná, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a suspensão de Regime de Urgência, bem como a retirada por 20 (vinte) sessões, do Projeto de Lei nº 256/87. Aprovado. (Fica portanto retirado por 20 (vinte) sessões o Projeto de Lei nº 256/87).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 101/89, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA MINEROPAR- ASSEMIN, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 105/89, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA, com sede e foro na Cidade de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 112/89, de autoria de Deputado Homero Oguido, que declara de Utilidade Pública o CLUBE DE CIÊNCIA NILO CAIRO, com sede e foro na Cidade de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1653, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante de expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1671, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1672, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1629, de autoria de Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1627, de autoria do Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.



O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)-  
Senhor Presidente.

Eu gostaria de saber qual o requerimento que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou ler mais uma vez o requerimento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pois não, Senhor Presidente, eu não escutei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Na íntegra.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Não, não. Só a súmula.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu faço questão de ler na íntegra.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento sobre a inclusão do Projeto de Lei nº 378, na Ordem do Dia, do Deputado Paul Lopes.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)-  
Requerimento de nº 1659, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1654, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)  
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 1655, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem)-  
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de nº 1656, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Adia-se

na forma regimental.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem a palavra pela ordem, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, gostaria só de comunicar a Vossa Excelência que já está em poder do Secretário da Mesa a moção de apoio dos Prefeitos em favor do Senhor Secretário de Saúde, Dr. Declino, e comunicá-lo ainda que será enviado a esta Casa de Leis uma moção de apoio da AMERIOS, que congrega 24 municípios no Norte Novíssimo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento será transcrito nos Anais da Assembléia.

Requerimento de nº 1676, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1677, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1678, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1679, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1680, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1682, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1626, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1630, de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1631, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1634, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria legislativa.

Requerimento de n. 1635, de autoria do

Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1639, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1640, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1642, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1643, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1644, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1647, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1648, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1649, de autoria do Senhor Deputado, Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1650, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento de n. 1652, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1657, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1660, de autoria do Senhor Deputado, Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1661, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria legislativa.

Requerimento de n. 1662, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1663, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1667, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de n. 1668, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1669, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis n.ºs 101, 105 e 112/89 e do Projeto de Resolução n.º 44/89

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis n.ºs 11/85 43 e 113/89 e do Projeto de Resolução n. 31/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis n.ºs 267, 278, 300, 337/88, 145, 66 e 201/89 e do Projeto de Resolução n.º 45/89

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA EM SESSÃO DO DIA 22 DE AGOSTO DE 1989.

#### "MOÇÃO DE APOIO"

Os Prefeitos Municipais abaixo assinados manifestam seu apoio ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva, com referência as notas veiculadas pela imprensa contra o Presidente da Associação Médica do Paraná, Dr. José Alex Neto.

Curitiba, 22 de agosto de 1989.

(aa) Dr. Sidney Giroto  
Prefeito Municipal de Rondon

Arlei Hernandez de Biazzi  
Prefeito Municipal de São Tomé

Noé Caldeira Brant  
Prefeito Municipal de Tapejara

Osvaldo Frazatto  
Prefeito Municipal de Japurá

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

11ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao dezoito dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e nove na sala de

reunião das Comissões, reúne-se ordinariamente a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Acyr Mezzadri, Cândido Bastos e Homero Oguido. Havendo número legal o Senhor Presidente autoriza o início dos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 157/84, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado Acyr Mezzadri. PARECER CONTRÁRIO - REJEITADO. 2) Projeto de Lei Complementar nº 197/86, de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho e outros. Relator Deputado Cândido Bastos. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO, ao Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça. 3) Projeto de Lei nº 032/88, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Cândido Bastos. PARECER CONTRÁRIO - REJEITADO. 4) Projeto de Lei nº 225/88, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes. Relator Deputado Acyr Mezzadri. PARECER CONTRÁRIO - REJEITADO. 5) Projeto de Lei nº 014/89, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes. Relator Deputado Cândido Bastos. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO, ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. 6) Projeto de Lei nº 045/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/89. Relator Deputado Acyr Mezzadri. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. 7) Projeto de Lei nº 050/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/89. Relator Deputado Cândido Bastos. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. 8) Projeto de Lei nº 079/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/89. Relator Deputado Cândido Bastos. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO

PRESIDENTE

Wilson Penka

Secretário

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 11ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, com o fim específico de proceder sua instalação e eleger o Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Kielse Crisóstomo e mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Acyr Mezzadri, Cândido Bastos, Homero Oguido, Leônidas Chaves,

Ezequias Losso e José Rogério. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, deixando a palavra livre. Os Senhores Deputados elegeram por unanimidade o Senhor Deputado Kielse Crisóstomo para Presidente e o Senhor Deputado Homero Oguido para Vice-Presidente, seguindo-se a posse. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário, designado pelo Senhor Presidente da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

Wilson Penka

Secretário

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 11ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta e nove na sala de reunião das Comissões reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Homero Oguido, Vice-Presidente, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Cândido Bastos, Raul Lopes e Antônio Costenaro. Havendo número legal o Senhor Presidente autorizou o início dos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 115/89, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Ofício nº 363/89, que objetiva conceder aos Técnicos de Controle e Consultor Técnico do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, verba de representação. Relator Deputado CÂNDIDO BASTOS. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

Wilson Penka

Secretário

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 11ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, às 13:30 horas, na sala de reunião das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos, mais a presença dos se-

guíntes Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, José Afonso Júnior, Hermas Brandão, David Cheriegate, Valderi Vilela, Antônio Martins Annibelli, Raul Lopes, Edmar Luiz Costa e João Arruda. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura das Atas das reuniões anteriores, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 169/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 105/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Valderi Vilela. O Senhor Deputado Hermas Brandão solicita vista. DEFERIDO. 3) Projeto de Lei nº 185/88, de autoria do Deputado José Rogério. Relator Deputado José Afonso. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 281/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 021/89, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 076/89, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 7) Projeto de Lei nº 120/89, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que cria o Município de Angulo. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 8) Projeto de Lei nº 127/89, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 9) Projeto de Lei nº 143/89, de autoria do Deputado José Afonso. Relator Deputado Antônio Costenaro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 145/89, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli. Relator Deputado José Afonso. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 149/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 154/89, de autoria do Deputado José Felinto. Relator

Deputado João Arruda, solicita seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 13) Projeto de Lei nº 155/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado João Arruda, solicita seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 14) Projeto de Lei nº 156/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Senhor Celso Romão de Oliveira, a Senhora Vera Lúcia Romão. Relator Deputado José Afonso. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 161/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio. Relator Deputado João Arruda, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 16) Projeto de Lei nº 168/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado Raul Lopes, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 17) Projeto de Resolução nº 028/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Edmar Luiz Costa, solicita seja o mesmo anexado ao Projeto de Lei nº 271/86. DEFERIDO. 18) Projeto de Resolução nº 31/89, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 19) Proposição nº 37/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 51/89. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com Projeto de Resolução. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa solicita que conste em Ata seu protesto relativo à reunião realizada na Semana passada, para a apreciação da Mensagem Governamental nº 060/89. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) CÂNDIDO BASTOS  
Presidente

Everlei Terezinha Cleto Chaves  
Secretária